

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.139.609 - RJ (2017/0178614-6)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : **MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO**
PROCURADOR : **RICARDO LOPES LIMONGI E OUTRO(S)** - RJ108938
AGRAVADO : **D DE O S (MENOR)**
REPR. POR : **R DE O T**
ADVOGADO : **HELIANA MARA SOARES FIGUEIREDO** - RJ129630

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO** contra decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que não admitiu recurso especial, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 186):

Apelação cível. Ação indenizatória. Queda de aluno no interior de escola pertencente à rede municipal de ensino. Sentença de procedência.

Conjunto probatório constante dos autos que aponta para a responsabilidade objetiva do ente municipal. Incidência do disposto no art. 37, § 6º, da CRFB/88. Nexo causal comprovado. Violação dos deveres de cuidado, vigilância, segurança e incolumidade física de aluno regularmente matriculado. Dano moral configurado. Montante compensatório arbitrado pelo Juízo em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) que guarda consonância com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Acerto da sentença. Recurso desprovido.

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fls. 201/206).

No especial obstaculizado, o ora agravante aponta violação dos seguintes dispositivos legais: (I) arts. 7º, 278, parágrafo único, 281 e 282, § 1º, do CPC/2015 e defende que houve ofensa ao seu direito de defesa, pois não foi intimado da realização da audiência de instrução e julgamento ocorrida em primeiro grau; (II) arts. 489, § 1º, III e 1.022, II, do CPC/2015 e sustenta que o Tribunal de origem não se manifestou sobre pontos essenciais à solução da controvérsia e (III) arts. 43, 186, 927 e 944, parágrafo único, do Código Civil e argumenta que deve ser reconhecido fato exclusivo de terceiro, a fim de afastar a pretensão indenizatória, bem como que é caso de responsabilidade civil por omissão e os danos morais foram fixados em patamar excessivo.

Depois de contra-arrazoado (e-STJ fl. 228), o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que: (I) inexistiu ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 e (II) incide a Súmula 7 do STJ (e-STJ fls. 237/240).

Na presente irrisignação, a agravante alega, em resumo, que o recurso obstado atende aos pressupostos de admissibilidade, bem como que o Tribunal *a quo* usurpou da competência do STJ. Ao final, reitera os argumentos anteriormente expendidos.

Superior Tribunal de Justiça

Contraminuta às e-STJ fls. 265/267.

Em parecer (e-STJ fls. 285/290), o Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento do agravo e desprovemento do recurso especial.

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

Considerado isso, observo que a jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que a decisão do Tribunal de origem de admissibilidade do recurso especial não vincula o Superior Tribunal de Justiça, o qual procederá a um novo juízo de admissibilidade, uma vez que é competência exclusiva desta Casa a análise definitiva de admissibilidade do recurso. Nesse sentido: AgRg no AREsp 570.216/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 05/04/2017.

Ademais, observo que o Superior Tribunal de Justiça entende não haver violação dos arts. 489, § 1º, III, e 1.022, II, do CPC/2015 quando a matéria somente foi ventilada nos embargos de declaração, pois, nessa hipótese, ocorre manifesta inovação recursal. Ilustrativamente: AgInt no REsp 1.426.096/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, julgado em 27/10/2016, DJe 22/11/2016, e AgRg no Ag 1421653/AL, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, julgado em 20/09/2011, DJe 26/09/2011.

No caso, as matérias constantes dos dispositivos acerca dos quais não se pronunciou a Corte Regional, notadamente os arts. 7º, 278, parágrafo único, 281 e 282, § 1º, do CPC/2015, somente foram arguidas nos aclaratórios (e-STJ fls. 198/199), de modo que não há ofensa aos arts. 489, § 1º, III e 1.022, II, do CPC/2015.

Com isso, tem-se por desatendido o requisito do prequestionamento (Súmula 282 do STF), pois o tribunal de origem não examinou esses temas, a despeito de provocado via embargos de declaração, nem poderia tê-lo feito, porquanto não devolvidos no apelo do MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.

A esse respeito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/73. CONTROVÉRSIA INTEGRALMENTE APRECIADA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. INDISPENSABILIDADE. INOVAÇÃO RECURSAL. SÚMULA 282/STF. NORMA INFRALEGAL. ANÁLISE PELO STJ. IMPOSSIBILIDADE.

1. Verifica-se não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram

submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

2. O Tribunal não fica obrigado a examinar todos os artigos de lei invocados no recurso, desde que decida a matéria questionada sob fundamento suficiente para sustentar a manifestação jurisdicional, sendo dispensável a análise dos dispositivos que pareçam para a parte significativos, mas que, para o julgador, se não irrelevantes, constituem questões superadas pelas razões de julgar.

3. Carece de prequestionamento o tema que não foi objeto das contrarrazões de apelação apresentadas pelo agravante, não tendo sido, portanto, devolvida a questão à segunda instância, tratando-se, em verdade, de inovação recursal em sede de embargos declaratórios opostos após o provimento da apelação pelo Tribunal a quo. Incidência do disposto na Súmula 282/STF.

4. Quanto à aventada legalidade dos licenciamentos, infere-se que a Corte regional obstou a prática relativa aos projetos habitacionais a partir da análise da Resolução Conjunta SMA-IBAMA n. 2/94, sendo certo que o exame da insurgência não prescinde da análise da referida norma infralegal que foi aplicada pela instância de origem, o que não se afigura cabível no âmbito do apelo nobre, a teor do disposto no art. 105, III, a, da CF.

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 819.943/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 22/03/2019).

Por outro lado, quanto aos danos morais, a instância anterior dirimiu a questão nos termos da seguinte motivação (e-STJ fls. 187/189):

A presente demanda está fundada na imputação de responsabilidade objetiva ao ente municipal pela queda do autor no interior de estabelecimento da rede pública de ensino.

Nesse contexto, tem-se que o art. 37, § 6º, da CRFB/88 atribui responsabilidade objetiva às pessoas jurídicas de direito público e às de direito privado prestadoras de serviços públicos por danos causados por seus agentes a terceiros.

Na hipótese, o menor encontrava-se sob a responsabilidade do estabelecimento de ensino, que, por sua vez, apesar de ter reconhecido a ocorrência do acidente, imputou a terceiro a responsabilidade.

Contudo, como sabido, tem o ente municipal o dever de promover a adequada vigilância e cuidado de alunos pertencentes à sua rede pública de ensino. Com efeito, por ser prestador de serviço público, tem o réu responsabilidade pelos fatos que ocorrem em seu estabelecimento de ensino. O autor, no momento da queda, estava sob os cuidados da escola, à qual, por isso, cabia zelar pela incolumidade física do aluno.

Dessa forma, o incidente atrai a aplicação do disposto no art. 37, § 6º, da CRFB/88.

[...]

Portanto, verificando-se o nexo causal entre o dano e a omissão estatal no dever de vigilância, irrelevante se mostra a alegação de que a culpa seria do aluno que teria empurrado o autor, podendo o Município ajuizar contra este ação de regresso se entender conveniente.

Portanto, ante a confluência dos elementos ensejadores da responsabilidade civil, quais sejam, o fato, a conduta do agente (no caso, a omissão específica do ente municipal), o nexo causal e o dano, encontra-se configurada hipótese de dano moral indenizável.

A fixação da verba compensatória por dano moral deve atender ao caráter reparador, punitivo e pedagógico da responsabilidade civil, à gravidade e à

extensão do dano, à culpabilidade do agente, bem como à condição financeira das partes envolvidas e às peculiaridades do caso concreto.

Dessa forma, e atento às peculiaridades do caso, entendo que o importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) fixado pelo Juízo encontra-se adequado à hipótese, adequado aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, não configurando enriquecimento sem causa, devendo, por isso, ser mantido.

Como se vê dos excertos em destaque, o Tribunal *a quo* decidiu a controvérsia à luz de fundamento eminentemente constitucional – responsabilidade objetiva do Estado prevista no art. 37, § 6º, da CF/1988 – cujo exame compete, tão somente, ao Supremo Tribunal Federal por meio de recurso extraordinário.

Assim, dada a incompetência desta Corte para a revisão da matéria, o apelo extremo manejado revela-se manifestamente inadmissível. Nesse sentido, confirmam-se: o AgRg no REsp 1.455.859/PR, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 30/06/2016/ AgRg no REsp 1.576.158/DF, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 05/09/2016.

Não bastasse isso, em face das premissas fáticas assentadas no acórdão objurgado, a modificação do entendimento firmado pelas Instâncias ordinárias no sentido da procedência da demanda indenizatória demandaria, indubitavelmente, o reexame de todo material cognitivo produzido nos autos, desiderato incompatível com a via especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. ART. 219 DO CPC/73. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DEVER DE INDENIZAR. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

[...]

4. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, acerca da comprovação dos danos morais e materiais, da falha no serviço e do nexo de causalidade, tal como colocadas essas questões nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 150.872/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 03/02/2017).

No tocante à revisão da indenização devida a título de danos morais, observo que incide o óbice sumular 7 do STJ, pois esta Corte entende que a revisão do *quantum* indenizatório somente é possível em hipóteses excepcionais, quando verificada a ofensa aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, situação não evidenciada nos autos (R\$ 10.000,00 – dez mil reais –, por fratura no braço de menor, decorrente da queda do estudante no interior de estabelecimento da rede pública de ensino).

Ilustrativamente:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DANOS MORAIS. QUANTUM ESTABELECIDO. REVISÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Cuida-se, na origem, de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em face do Conselho Regional de Medicina do Mato Grosso do Sul - CRM/MS e de Alberto Jorge Rondon de Oliveira, em razão da realização de reiteradas cirurgias plásticas das quais derivaram danos materiais, morais e estéticos em diversos pacientes, objetivando a condenação dos réus à indenização pelas seqüelas advindas dos procedimentos cirúrgicos indevidamente realizados pelo ex-médico (fl. 257, e-STJ).

2. O Tribunal de origem, à luz das circunstâncias fáticas da causa, arbitrou os danos morais. Deste modo, a revisão do quantum estabelecido enseja o reexame fático-probatório dos autos, procedimento vedado pela Súmula 7/STJ.

3. Apenas em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais fixado na origem, a jurisprudência permite o afastamento do óbice da Súmula 7 do STJ. No caso dos autos, verifica-se que o quantum estabelecido pelo Tribunal de origem não se mostra desproporcional, a justificar sua reavaliação em Recurso Especial.

4. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1.675.082/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 16/10/2017). (Grifos acrescidos).

Por fim, reporto-me, também, ao bem lançado parecer ministerial, às e-STJ fls. 285/290.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a" e "b", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a majoração dessa verba, em desfavor da parte recorrente, no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator